

## Pau na máquina

VOLUNTARISMO IRRESPONSÁVEL PODE COLOCAR EM RISCO A PRESERVAÇÃO DO CRESCIMENTO

Rogério L. Furquim Werneck\*

Vinte e cinco anos de instabilidade macroeconômica e crescimento pífio não bastaram. Parte importante da elite política e empresarial do País parece ter aprendido pouco ou nada. Continua acreditando que crescimento econômico é só questão de ambição, ousadia e determinação. Quer fazer da retomada uma festa de arromba. Não consegue entender que a manutenção da economia na trilha estreita da expansão duradoura requer condução delicada da política econômica e respeito estrito aos limites do possível.

Mais uma vez, como em 1979, 1986 e 1996, não falta quem se ofereça para cuidar da pajelança da política de pau na máquina. Ainda mal refeitos da surpresa com o vigor da retomada, analistas que há meses alardeavam aos quatro ventos que a persistência na política macroeconômica herdada do governo anterior condenava o País à estagnação, apressam-se agora a informar ao distinto público que crescer a 4% é um projeto medíocre. Que depois de tantos anos de vacas magras, a expansão da economia tem de se dar a taxa bem mais alta.

As manifestações de voluntarismo irresponsável não se restringem ao debate sobre a condução da política macroeconômica de curto prazo. Contaminam também a discussão de questões importantes de longo prazo, como a do financiamento dos investimentos em infra-estrutura. Já há muito tempo se sabia que, quando a retomada de crescimento afinal se tornasse possível, essa questão intrincada teria de ser devidamente enfrentada. Era mais do que claro que o elevado endividamento dos três níveis de governo e as dificuldades de compressão de seus gastos correntes deixariam pouco espaço nos orçamentos públicos para acomodar programas de investimento. O que apontava para a necessidade imperiosa de assegurar condições adequadas para que a maior parte da expansão requerida da infra-estrutura ficasse a cargo do setor privado.

No último ano e meio, contudo, o governo parece ter trabalhado com afínco para tornar o equacionamento do problema bem mais difícil do que já era. No afã de se diferenciar do governo anterior, insistiu em tratar a idéia de privatização como anátema. Pintou e bordou com as agências reguladoras. Mostrou-se complacente com todo tipo de desmando na área ambiental. E deixou que prosperasse, ao sabor de caprichos ideológicos e ao arrepio de princípios econômicos elementares, um redesenho estapafúrdio do setor elétrico que, entre outros problemas, sobrecarrega desnecessariamente o setor público com pesadíssimos encargos de investimento.

Agora, quando afinal começa a soar a hora da verdade e vai chegando a conta da insensatez, o governo agarra-se às Parcerias Público-Privadas como tábuas de salvação.

Alarmado, ameaça arrombar portas, tenta mobilizar apoio do empresariado e acusa de conspirar contra o crescimento quem quer que se oponha a sua proposta para as PPPs. É pouco provável que a tábua de salvação das PPPs tenha tanto poder de flutuação quanto espera o governo. Dependendo do formato, as PPPs podem até ajudar a afundar o projeto de crescimento que o País tem pela frente.

Antes de mais nada é preciso ter em mente que a proposta inicial de criação das PPPs encaminhada ao Congresso era obviamente impensada. Se aprovada, teria representado uma brecha de grandes proporções na Lei de Responsabilidade Fiscal. É mérito do Senado ter forçado o governo a reconhecer as deficiências da proposta e a aceitar discutir modificações que possam calafetar seus furos mais gritantes.

Do ponto de vista fiscal, a calafetação não é nada fácil. Não há a menor dúvida de que a assunção de compromissos de desembolso em projetos de PPP afeta negativamente as contas públicas. Mas o governo alega que se tais compromissos forem tratados como dívida, as PPPs ficam inviáveis. Na proposta inicial, pretendia simplesmente fechar os olhos para o aumento de passivo decorrente da assunção desses compromissos. Agora já propõe que sejam contabilizados em separado e restritos a um teto predefinido. Não é difícil perceber que isso seria equivalente a relaxar os limites de endividamento estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso de Estados e municípios com endividamento já acima desses limites, tal medida seria particularmente injustificável. Representaria espaço adicional para ficarem ainda mais desenquadrados do que já estão.

Outra dificuldade séria é a possibilidade de que as PPPs se convertam de fato em parcerias quase-públicas: projetos de investimento público travestidos de PPPs, viabilizados com recursos de fundos de pensão estatais e garantias emitidas por governos e aceitas como colateral em financiamentos de bancos públicos. De privado, quase nada. De público, quase tudo. Até os inevitáveis esqueletos. Nesse caso, as PPPs estariam apenas restaurando o velho duto de crédito estatal para financiamento de gasto público que, já na década de cinquenta, desempenhava papel proeminente no processo inflacionário brasileiro.

Que parte do governo adote a postura de que tudo é válido se for para viabilizar o crescimento, não chega a ser surpreendente. O que não é compreensível é que lideranças empresariais que se pretendem lúcidas estejam dispostas a dar apoio irrestrito às PPPs, esquecendo-se de que, se a sustentabilidade fiscal ficar comprometida, o projeto de crescimento irá a pique em pouco tempo. A viabilização da expansão da infra-estrutura requer soluções de muito mais fôlego do que as PPPs. O governo tem de abandonar visões preconceituosas, definir regras de regulação claras e racionais, colocar ordem na política ambiental e instaurar agências reguladoras competentes e independentes. Só assim poderá atrair investimentos privados sem ter de arcar com concessão desmedida de favores fiscais.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.